

CORREIO DO APOSENTADO

POR MARTHA IMENES



Caixa e INSS suspenderam o seguro prestamista

Venda de seguro do consignado é suspensa

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Caixa Econômica Federal firmaram um acordo para suspender a venda do seguro prestamista vinculado às operações de crédito consignado oferecidas a aposentados e pensionistas.

Conhecido como “proteção financeira” ou “seguro vida prestamista”, o produto é atrelado ao empréstimo e cobre o sal-

do devedor em caso de morte, invalidez ou outras situações previstas em contrato.

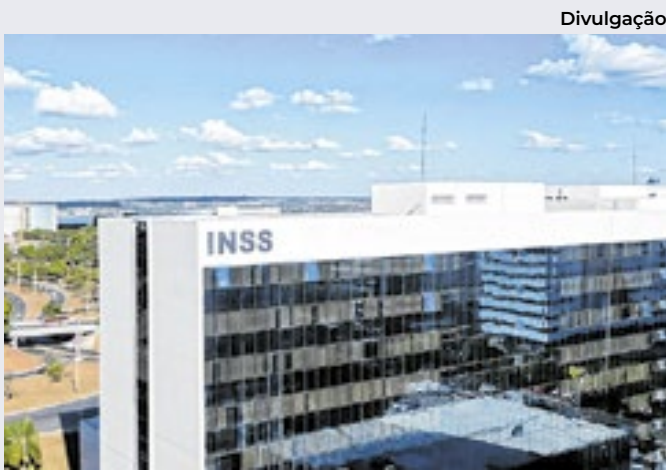
Segundo o INSS, a medida busca garantir a proteção dos beneficiários e a regularidade na concessão do crédito consignado.

A suspensão valerá por 30 dias ou até a conclusão do processo administrativo que analisará possíveis irregularidades na cobrança do seguro.

Termos

Pelo termo de compromisso, a Caixa comprometeu-se a: suspender temporariamente a oferta do seguro prestamista; impedir a vinculação comercial entre o crédito e o seguro; manter a liberação do consignado sem exigência de con-

tratamento de seguro; aguardar a conclusão de processo administrativo para restituir seguros cobrados de aposentados e pensionistas; respeitar o limite de contratação de até 1,6 vez a renda mensal do benefício, entre outras medidas.



Dinheiro iria para compensar pagamentos de descontos indevidos no INSS

Em nota, INSS diz que acordo vai garantir mais segurança

Em nota, o INSS afirmou que o acordo “visa assegurar a defesa dos interesses dos beneficiários e a observância integral da legislação na contratação do crédito consignado”.

A Caixa Seguridade informou que entende estar em conformidade com as normas vigentes, mas aceitou a suspensão “para avaliar a adequação

dos procedimentos e colaborar com o processo de apuração”.

Em junho, o INSS suspendeu novas autorizações de crédito consignado a segurados. A decisão ocorreu após a operação da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União (CGU) que identificou descontos indevidos realizados por associações e entidades.

Cancelamentos

Em agosto, o órgão cancelou acordos de cooperação técnica com oito instituições financeiras. Em outubro, mais quatro bancos e financeiras tiveram a autorização para operações de consignado do INSS suspensas de forma cautelar.

Em 30 de outubro, o INSS firmou compromisso

Previc discutem diversidade

O tema “Diversidade e Inclusão no Trabalho” foi discutido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em evento presencial, com transmissão para os escritórios regionais.

A palestra “Diversidade e Inclusão no Trabalho”

foi ministrada pela chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Previdência Social, Amanda Anderson de Souza: “A gente precisa criar uma saída para um mundo mais diverso, equânime e igualitário para todas as diversidades”.



Tornado destruiu municípios do Paraná na semana passada afetando pelo menos 15 mil habitantes

Ministro detalha ações de apoio às vítimas no PR

Todos os beneficiários das localidades terão os benefícios unificados. Pagamento será dia 24

Por Martha Imenes

O titular do Ministério da Previdência Social, Wolney Queiroz detalhou nesta quarta-feira (12/11) durante o programa Bom Dia, Ministro como sua pasta integra as ações de apoio e socorro do Governo do Brasil aos moradores afetados pelos efeitos do tornado que atingiu o Paraná na última sexta-feira (7/11). O fenômeno causou grande devastação, em especial na cidade de Rio Bonito do Iguaçu, município de cerca de 15 mil habitantes.

Segundo o ministro, uma das principais ações do Ministério da Previdência foi a unificação do pagamento dos benefícios. “Primeiramente,

gostaria de expressar minha solidariedade aos amigos e amigas do Paraná. O pagamento dos benefícios será todo no dia 24 de novembro. Normalmente, é dividido nos cinco últimos dias úteis do mês e nos primeiros cinco dias úteis do mês seguinte, para não haver aglomeração nas agências”, explicou.

No caso das cidades atingidas, nos locais que têm o decreto de calamidade, vai ser tudo pago no dia 24. Num dia só, todo mundo recebe”, completou Wolney Queiroz.

Crédito extra

Outro ponto ressaltado pelo ministro é que os moradores dos locais afetados terão direito a um crédito previdenciário ex-

tra. “Beneficiários, pensionistas, quem recebe o BPC/Loas, todas essas pessoas vão ter direito a um crédito extra de um benefício, como um empréstimo, à disposição no seu banco. No banco onde ele recebe o benefício tem lá um valor a mais. Se ele assinar dizendo que quer esse empréstimo, recebe na conta na mesma hora. Ele vai passar três meses para começar a pagar e depois divide isso suavemente em 36 parcelas”, detalhou.

Wolney enfatizou que os requerimentos das cidades atingidas terão prioridade. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com ida-

de igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade, em condição de vulnerabilidade social.

Para agilizar o apoio e atender a população paranaense com agilidade, o INSS montou um posto de atendimento especial. “Fizemos uma tenda do INSS junto da Defensoria Pública do Estado. Está lá, com três funcionários de plantão durante duas semanas para atender quem precisar do INSS, da Previdência. Estamos lá para dar as mãos, ajudar o governo. Essa tem sido uma preocupação do presidente da República, que mobilizou todos os ministros. Cada ministério está fazendo a sua parte e essa é a parte que cabe ao Ministério da Previdência Social”, afirmou o ministro.

Atualização do app gov.br facilita uso por pessoas com deficiência

O aplicativo gov.br foi atualizado com algumas facilidades voltadas à Pessoa com Deficiência (PCD) que têm Carteira de Identidade Nacional (CIN). A nova versão ficou mais intuitiva, inclusive com recursos de leitores de tela que ajudam na instrução do uso por pessoas com limitação visual.

“Isso facilitará o preenchimento dessas informações, possibilitando que essas pessoas alterem informações de contato de forma simplificada”, explica a secretária-adjunta de Governo Digital, Luanna Roncaratti.

Ainda entre as novidades do aplicativo está o aumento do número de tentativas de reconhecimento facial, que passou de cinco para oito, informou o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos ao anunciar a iniciativa.

“Além das inovações para PCDs, a nova versão também traz atualizações para os demais usuários. Essas passam pela realocação de informações para áreas mais intuitivas - como a mudança da área de dispositivos autorizados para a seção de privacidade - até a incorporação de funcionalidades como alteração



Além das inovações para PCDs, a nova versão traz atualizações para os demais usuários

de senha e métodos de acesso, que antes eram restritas ao uso da plataforma via navegador”, detalhou o ministério.

Serviços

O aplicativo gov.br tem, atualmente, mais de 170 milhões de usuários, e possibilita o acesso a mais de 4.600 serviços digitais federais e a outros mais de 8,7 mil serviços de estados e municípios.

De acordo com o ministério, os serviços mais utilizados são:

- Meu INSS;
- Meu SUS Digital;
- Enem;
- Fies;
- Carteira de Trabalho Digital e
- Carteira Digital de Trânsito.

“Boa parte desses serviços também exige uma conta Prata ou Ouro. Uma conta de nível Prata é conseguida a partir do reconhecimento facial para conferência da foto com a da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Também é possível ter uma conta desse nível

a partir da validação de seus dados em um dos 17 bancos credenciados na plataforma”, esclarece o ministério.

A conta Ouro permite acesso a qualquer serviço público digital, garantindo ainda mais segurança a seus usuários. Para tanto, é necessário que se faça o reconhecimento facial com base nos dados da Justiça Eleitoral ou pelo QR Code da Carteira de Identidade Nacional (CIN) – ou por uma certificação digital compatível com a ICP-Brasil.